



Neoliberalismo e instabilidade política na América Latina: um olhar histórico-analítico

Neoliberalism and political instability in Latin America: a historical-analytical view

Daniel Alberto Perozo-Suárez¹

Vinícius Figueiredo Silva²

RESUMO: No período posterior aos processos de independência política que tiveram lugar na América Latina no século XIX, os países da região passaram por transformações em seus sistemas políticos e em suas sociedades. A Revolução Industrial e outras revoluções protagonizadas pelo ideário liberal impactaram diretamente na região. Na segunda metade do século XX, o neoliberalismo – produto das concepções neoclássicas e do monetarismo – foi responsável por retomar ideias derivadas do capitalismo de livre mercado como forma de contribuir para mudar a realidade das sociedades, em especial, a dos países em vias de desenvolvimento. Essa tentativa de reinvenção do liberalismo redundou em uma espécie de receituário que organismos financeiros internacionais empenharam-se em aplicar nos países latino-americanos. Diante disso, o presente trabalho busca analisar brevemente desde uma perspectiva histórica, a configuração do atual contexto sócio-político da América Latina diante do conjunto de políticas neoliberais adotadas pelos governos da maioria dos países da região. Na primeira parte, recorreremos à História para abordar as imposições de poder aos Estados da região e sua conexão com o subdesenvolvimento. Na segunda, apresentamos as origens do termo neoliberalismo e suas principais características. Por último, destacamos o atual quadro político regional, e apresentamos algumas conclusões a partir da experiência neoliberal na região.

Palavras-chave: História da América Latina, política, neoliberalismo, economia, desenvolvimento.

ABSTRACT: In the historical period after the phase of political independence in Latin America in the 19th century, the countries of the region went through transformations in their societies and political systems. The Industrial Revolution and other revolutionary processes led by liberal ideas had a direct impact on the region. In the second half of the 20th century, neoliberalism – a result of neoclassical and monetarist

¹ Doutorando em Economia. Universidade de Brasília. Email: daniel.perozo@unb.br

² Doutorando em Economia. Universidade de Brasília. Email: vinicius.eco27@gmail.com



conceptions – retook ideas derived from free-market capitalism as a way to contribute to change the reality of societies, particularly from developing countries. This attempt to reinvent liberalism resulted in a sort of prescription that international financial bodies insisted on applying in Latin American countries. In this scenario, this work aims to briefly analyse the fashioning of the current Latin American socio-political context from a historical perspective, in light of the set of policies adopted by governments from most countries of the region. In the first part, we draw upon History to address power impositions made to States of the region and their connection with underdevelopment. In the second, the origin of the term neoliberalism and its main characteristics are presented. Lastly, the current political frame is described, along with some conclusions about the neoliberal experience in the region.

Keywords: Latin American History, politics, neoliberalism, economy, development.

Antecedentes

A história da América Latina começou de forma dramática. Desde o início, entre lutas (e lutos), o subcontinente conviveu com experiências de colonialismo e barbárie. O próprio projeto modernizante eurocêntrico pelo qual foi submetido confirma a premissa. Nativos arrancados de suas terras e deuses, negros africanos proibidos de manifestar sua cultura, escamoteamento de riquezas, desigualdade e opressão foram e continuam a ser questões ressignificadas no tempo presente.

De acordo com Quijano (2005, p.117), dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido padrão de poder. Por um lado, “a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça” e por outro, “a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos em torno do capital e do mercado mundial”.

Foi justamente com o aporte destas condições, que conquistadores europeus, em sua maioria portugueses e espanhóis, chegaram ao encontro do mundo aborígine executando seus planos de exploração. A imposição pela força e a troca pouco balanceada de riquezas materiais e espirituais convergiu em sacrifícios humanos e leis que viabilizaram o projeto de extração do excedente econômico.

Não à toa, Eduardo Galeano em seu famoso livro *Las venas abiertas de América Latina* mostrou a trajetória pela qual nos tornamos essencialmente um negócio europeu e mais tarde, das forças imperialistas estadunidenses. Para ele, o atraso da América Latina



em relação ao mundo desenvolvido não é outra coisa senão o resultado desse legado de exploração colonial³: “aqueles que ganharam só puderam ganhar porque perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial” (GALEANO, 2010, p. 18).

Nasce uma história de novas imposições

Sob inspiração dos ideais iluministas e insurreições deflagradas em outros países, a América Latina viveu na primeira metade do século XIX um período de lutas e de intentos de independência, na maioria das vezes, de modo acidentado. Desatados os vínculos com a Metrópole, por toda a parte o poder tendia a deslocar-se para as classes dominantes, sobretudo, os senhores de terra. Em outras palavras, a estruturação dos novos Estados foi condicionada pelos senhores de terra e pela ação da burguesia urbana (FURTADO, 2007).

Uma vez formalmente independentes, os países da região precisaram reorganizar as suas sociedades e criar as bases do seu sistema político. Ademais, tiveram que configurar uma estrutura sólida para suas economias, mas dessa vez, o receituário situou-se nas diretrizes do imperialismo estadunidense por intermédio da doutrina Monroe e da diplomacia do *Big Stick* – recomendação que sintetiza por meio de estratégias ditas anticolonialistas e de segurança regional a face do neocolonialismo.

No plano econômico, os países latino-americanos continuaram a ser produtores primários, com economias pouco diversificadas. No entanto, é válido mencionar que principalmente no período que se estende entre as duas grandes guerras mundiais e a Guerra Fria, houveram tentativas por parte da maioria das nações da região com o apoio de instituições como a CEPAL, de levar a cabo projetos de substituição de importações e fortalecimento da indústria nacional.

Ainda no século XX, em meio ao conflito ideológico e sob o aparato de experimentos neoliberais, esses esforços foram dissipados por governos autoritários que

³De acordo com Furtado (2007), a era de exploração colonial só se encerraria na primeira metade do século XIX. A desorganização dos impérios espanhol e português, na época das guerras napoleônicas, reverberou no fim do complexo processo histórico que se estendeu por todo o século XVIII e se liga diretamente às transformações econômicas e políticas ocorridas na Europa. A vastidão de colônias e a incapacidade da metrópole para supri-las de produtos manufaturados exigiram necessariamente modificações profundas na estrutura de um império organizado.



atuaram a serviço do interesse internacional. Em muitos países da região, esse cenário redundou em aumento da repressão aos trabalhadores e no desmantelamento do processo de industrialização perseguido por estes países no período anterior. Impôs-se então, a escravidão permanente: foram colocados os grilhões do atraso.

O neoliberalismo

De acordo com Boas e Gans-Morse (2009), o termo *ordoliberalismo*⁴ ou *neoliberalismo* foi usado pela primeira vez na Escola de Economistas Alemães de Freiberga por volta do ano 1930, e descrevia uma filosofia moderada com relação à definição do liberalismo clássico. Foi apresentada como uma atualização do termo, onde inclusive valores humanistas eram levados em consideração na busca por um terceiro caminho que conseguisse equilibrar as propostas extremas que o liberalismo e o comunismo representavam no início do século XX.

Mesmo caracterizada pela influência do utilitarismo e do marginalismo, essa nova proposta distingue-se do liberalismo clássico, carregando arquétipos novos, de um tempo bastante diferente das teorias produzidas por John Locke e Adam Smith⁵.

É possível ver parte da construção dos pressupostos originários do neoliberalismo no ensaio *Free Economy, Strong State*, escrito por Alexander Rüstow. No texto, publicado em 1932, o sociólogo e economista alemão defendeu a necessidade de desvincular o liberalismo do *laissez-faire*. Nesse sentido, a ideia inicial do neoliberalismo não se baseava na recusa à ação do Estado, e sim à defesa da liberdade de mercado. Foram dois pontos que nasceram separadamente, mas que foram fusionados anos depois como um mesmo argumento⁶.

Essa mudança de interpretação surge no trabalho *O Caminho da Servidão* de Hayek, publicado em 1944. O grande esforço de Hayek era promover a estigmatização

⁴ Ordoliberalismo é um termo equivalente ao neoliberalismo, mas é usado com mais frequência pelos membros da Escola de Freiberga, onde nasceu. Se refere a um sistema econômico ideal, onde prevalece a ordem (*ordo* em Latim) sob a autonomia e falta de uma estrutura definida e ordenada do *laissez-faire*.

⁵ Sobre esse ponto, ver SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996 Vol. 1-2. e LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

⁶ Maiores detalhes sobre a origem do termo neoliberalismo e a distinção da versão original com relação à versão moderna podem ser encontradas em PAULANI, Leda Maria. *Neoliberalismo e Individualismo. Economia e Sociedade*. Vol. 13, pp. 115-127, 1999 e *Economia e Retórica: o capítulo brasileiro*. *Revista de Economia Política*, Vol. 26, No. 1, pp. 3-22, 2006.



do Estado como interventor indesejável, tendo como fim desconstruir os paradigmas keynesianos, que ganharam muita popularidade e passaram a dominar a política econômica capitalista das décadas subsequentes. Sua motivação em prol deste projeto, fez com que o economista austríaco reunisse um pequeno grupo de notáveis economistas e outros intelectuais para fundar a *Mont Pèlerin Society* (MPS) em 1947. Ao longo dos anos posteriores à sua criação, essa organização neoliberal produziu milhares de ensaios e livros e formulou teorias que sistematizaram o funcionamento e as virtudes do mercado⁷.

Mais tarde, o esgotamento do modelo econômico do pós-guerra ressoado na crise da década de 1970 foi uma oportunidade para o neoliberalismo, pois o mundo capitalista se encontrava em depressão, com altos índices de inflação e baixas taxas de crescimento. Dessa forma, a proposta ganhou credibilidade e passou a ser considerada como uma opção por parte dos líderes mundiais. Autores como o próprio Hayek e o precursor da escola monetarista, Milton Friedman, se contrapunham ao poder delegado aos sindicatos. Acreditavam que essa associação de trabalhadores era prejudicial às engrenagens da acumulação capitalista (ANDERSON, 1995).

Como política-prática, o termo foi usado tempo depois para se referir às medidas econômicas radicais aplicadas no Chile de Pinochet. Foi justamente neste governo que começaria a adquirir uma conotação negativa. Para romantizar suas políticas austeras, seus defensores passaram a utilizar a palavra de forma assimétrica. De forma geral, a análise das consequências da aplicação das medidas neoliberais é ampla e toca em diversas dimensões da sociedade. Dentre os mais relevantes e evidentes estão a redução do gasto social, o aumento da carga impositiva para as camadas mais pobres e o consequente deterioro das condições de vida da população em termos de serviços providenciados pelo Estado (VALLE, 2013; p. 281).

Em contraponto com essa visão de que o neoliberalismo se associa com a noção de Estado Mínimo, Saad Filho (2011), defende que o esse conjunto de práticas funciona

⁷ Para mais, ver PLEHWE, Dieter. Introduction. IN: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009.



basicamente empregando o poder do Estado em função do atingimento de metas do capitalismo:

Em essência, o neoliberalismo é baseado no uso sistemático do poder do Estado, sob o véu ideológico da ‘não intervenção’, para impor um projeto hegemônico de recomposição da ordem capitalista em cinco níveis: a alocação de recursos domésticos, a integração econômica internacional, a reprodução do Estado, a ideologia e a reprodução da classe trabalhadora (p. 6).

Neste sentido, o Estado é reorganizado e dinamizado em consonância com a ordem e as possibilidades da dinâmica dos processos de concentração e centralização, compreendendo o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado, operando em escala mundial (IANNI, 1997). Quanto ao emprego, o neoliberalismo chega ao ponto da transgressão de direitos fundamentais, com a precarização do trabalho e a transformação dos padrões de emprego. Assim, uma característica marcante do neoliberalismo é seu poder de gerar retrocesso no que tange aos benefícios dos setores mais vulneráveis da sociedade. Muitos benefícios conquistados em anos de lutas, acabam sendo abolidos rapidamente por meio de reformas trabalhistas e outros métodos de desajuste social (SOARES, 2001). Uma amostra simbólica do retrocesso na conquista de direitos é, a reforma previdenciária que em muitos países, aumenta cada vez mais o tempo de serviço requerido para ganhar uma aposentadoria cada vez mais baixa, em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores.

As privatizações também formam parte do ideário neoliberal. O Estado, visto como uma espécie de gestor sobrecarregado e de movimentos limitados, deve se livrar o máximo possível das suas obrigações como empresário. A imagem do Estado como péssimo gestor ajuda a generalizar a aceitação da privatização como uma saída coerente às crises, o que para além dos custos econômicos vem acompanhada com dispêndio político.

De acordo com Cláudio Katz (2019), para os países latinoamericanos, partícipes involuntários do capitalismo dependente, existem cinco grandes problemas que acirraram nossa vulnerabilidade sistêmica frente ao neoliberalismo: o forte grau de dependência nas exportações primárias, a fragilidade da indústria, o deterioro da renda pelo alto grau de exploração da força de trabalho, a financeirização das classes dominantes, e a persistência e agravamento da dívida, ocasionada pelos desequilíbrios fiscais e os déficits comerciais.



Nesse sentido, as crises no contexto do capitalismo dependente da América Latina são particularmente graves, pela convergência de dois desequilíbrios: o interno e o externo.

O desequilíbrio interno deriva do baixo consumo local, dos baixos salários e da retração dos mercados internos. O desequilíbrio externo é dado pelos déficits comerciais e a saída de fundos ao exterior, das dificuldades de pagar a dívida, e dos desbalanços no plano comercial que impactam o ciclo econômico (KATZ, 2019). Em nenhuma hipótese, o neoliberalismo ajuda a resolver esses problemas, muito pelo contrário, os agrava.

Em síntese, o modelo neoliberal não resulta em outra coisa mais do que em uma nova imposição. Além disso, a disciplina que os nossos países devem adotar para melhorar o atingimento de metas, não precisa nem pode ter custos sociais tão altos. No exercício de aplicar a receita mágica para atingir um suposto sucesso econômico, são ignoradas as especificidades das nossas sociedades.

É importante lembrar que centro e periferia possuem trajetórias distintas no comércio mundial, tal qual já foi ensinado por Prebisch (1949). Existem problemas graves e mais urgentes a serem resolvidos como a pobreza, a educação e o acesso aos benefícios básicos, que não encontram solução nos remédios do neoliberalismo, mas que são considerados como prioridade, muito mais importante do que mostrar uma superficial imagem macroeconômica ‘saudável’ baseada na austeridade (ESCOBAR, 2007).

Neoliberalismo e a questão política

O neoliberalismo está atrelado à política. No entanto, nos sistemas neoliberais, a democracia é considerada um meio para um fim, até porque a democracia firmada pelos detentores do poder não traduz o que se espera de um Estado Constitucional. Isto é, uma democracia integral voltada para o “desenvolvimento libertador do ser humano” (VALLE, 2013, p. 281). De fato, Hayek afirmou abertamente que a democracia jamais chegou a ser um valor central do neoliberalismo. Ao contrário, liberdade de mercado e democracia poderiam se tornar incompatíveis com facilidade, “se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse” (ANDERSON, 1995, p.10).

Nesse sentido, a agenda neoliberal vinculou-se aos sistemas ditatoriais como a forma ideal de governo, que iria facilitar a implementação das medidas de liberalização econômica. No entanto, com o avanço dos ideais sociais e a consolidação da democracia,



os antigos mecanismos de opressão baseados em sistemas ditatoriais perderam força na região, dando espaço à aplicação de assaltos ao poder usando os sistemas democráticos como plataforma. Mesmo no contexto dessa mudança de estratégia, a história demonstra como o neoliberalismo foi colocado na agenda política regional como uma imposição, uma fórmula importada após supostos “casos de sucesso” no mundo.

A partir do momento em que o neoliberalismo passou a ocupar importante espaço em territórios como Reino Unido e Estados Unidos, ganhou força a nível mundial, e se apresentou como o plano de referência para as economias da América Latina. Dessa forma, a influência do modelo se intensificou a nível internacional e os governos da região se aderiram aos preceitos neoliberais, além de tudo, obrigados pela necessidade de obter financiamento externo.

Por esse ângulo, Bandeira (2002) destaca que a implementação dos pacotes neoliberais nas economias da América do Sul, trouxe consigo várias reações. Na Argentina, aconteceu a queda do governo de Fernando de la Rúa em 2002, o *default* e a suspensão do pagamento da dívida externa. No Brasil, o presidente Fernando Henrique Cardoso e seu plano de estabilização monetária colaboraram para o aumento da dívida externa do país – que se duplicara em um ano; passando de US\$ 123,4 bilhões em 1990 para US\$ 235 bilhões em 2000.

Da mesma forma, no Uruguai o déficit na balança de pagamentos passou de US\$ 580 milhões para US\$ 605 milhões. No Paraguai a economia entrou em recessão a partir de 1996, o PIB caiu 0,6% em 1998 e 0,1% em 1999, o que agravou os problemas sociais. No Peru, o povo se levantou contra a privatização das empresas de energia elétrica EGASA e EGESUR. Na Bolívia a inflação passou de 7.000% em 1985 a 3% em 1999; no entanto, a estabilidade macroeconômica não contribuiu para diminuir os níveis de pobreza da população (63% no ano 2000).

Na Venezuela, houve já em 1989, um expressivo levante popular após o anúncio das medidas neoliberais apresentadas pelo presidente Carlos Andrés Pérez. Episódio trágico que deixou milhares de mortos e desaparecidos e agravou a situação política do país. Nos anos seguintes, a inflação superou os 100% e o petróleo (principal pauta de exportação do país) chegou a custar 9\$ por barril, o preço mais baixo em quase toda a história.



A partir dos fatos conexos descritos, é possível reconhecer as evidências da inviabilidade da aplicação do neoliberalismo no contexto da América Latina. As dificuldades orçamentárias e de balanço externo demonstram que, ao contrário do que possa parecer desde o ponto de vista financeiro, a austeridade somente trouxe consequências negativas para as economias da região. Essas dificuldades vêm se arrastando ao longo das últimas décadas.

A insustentabilidade do modelo

A princípio, as demonstrações de descontentamento popular e a desestabilização das democracias regionais são a melhor prova da falta de sustentabilidade do modelo neoliberal. As medidas avançam paulatinamente e ano após ano vão estrangulando os setores mais vulneráveis. O que aparenta ser um clima de conformismo social, na verdade, esconde as contradições do sistema. Além disso, demonstra o divórcio entre os interesses do capital e os valores humanos (RAMOS *et al.*, 2018). Não obstante, com o tempo surgem manifestações e revoltas populares, que buscam resgatar direitos perdidos e reivindicar a posição do ser humano perante o avanço do mercado.

O próprio FMI publicou um artigo em 2016, reconhecendo os problemas causados pelo neoliberalismo quanto ao aumento das desigualdades sociais, colocando em risco as possibilidades de uma expansão econômica duradoura (FMI, 2016). Quando o mesmo órgão que impôs as medidas do Consenso de Washington às economias regionais reconhece os impactos negativos do modelo, resulta inaudito pensar que alguns governos ainda vêm medidas de restrição fiscal e austeridade como potenciais saídas às crises.

De acordo com Thomas Piketty (2014) a desigualdade tem efeitos indesejáveis para qualquer economia, e explica as principais limitações do capitalismo para encarar esse problema central. Ele pressupõe que as taxas de poupança dos países irão permanecer constantes, e que a relação entre poupança e crescimento irá ser mais evidente, supondo também uma continuidade na queda do crescimento do PIB, conforme apontam os dados recentes. Assim, quem tem um patrimônio considerável viverá dos seus rendimentos, enquanto o resto será cada vez mais pobre no futuro. A proposta para reverter esse cenário consiste na aplicação de políticas econômicas que abram espaço para a equidade, e que



estejam voltadas ao fortalecimento da educação, da cultura, e das instituições democráticas.

Para Saad Filho (2011), o sistema neoliberal é estruturalmente instável em cinco níveis:

- i. No crescente peso das finanças na economia;
- ii. Na vulnerabilidade do mercado de créditos;
- iii. Na insustentabilidade de transferências de recursos financeiros transacionáveis;
- iv. Na denominada estabilidade macroeconômica;
- v. Na perda de capacidade institucional na avaliação de riscos.

Muitas dessas fraquezas são reconhecíveis nas economias da América Latina. No entanto, as perguntas que surgem são: por que, se tudo parecia estar tão bem, o modelo neoliberal não funcionou no Chile? O que aconteceu na Venezuela? O que podemos concluir sobre o que sabemos até agora?

Começando pelo caso chileno, a visão externa de uma explosão social das dimensões em 2019 por causa do aumento das passagens do serviço de metrô pode chegar a parecer um pouco exagerada aos olhos dos espectadores internacionais. Porém, não se pode perder de vista que essa reação não obedeceu a um evento isolado, ela foi a gota d'água de uma série de fatos dentro de um esquema sistemático de estrangulamento da sociedade chilena. Hoje em dia a educação gratuita é garantida só para uma parcela da população, o resto dos estudantes deve pagar pelo serviço de entes privados, o que na maioria dos casos inclui planos de financiamento.

O sistema se encontra segregado, com uma educação para ricos e outra para os pobres. Além disso, não é possível receber atendimento de graça no sistema de saúde do Chile se não se conta com um plano de saúde. Existe uma alta dependência do preço do cobre, com 71% da exploração em mãos de empresas estrangeiras. O sistema de aposentadoria é unicamente e por meio de previdência privada, e metade dos aposentados recebe menos de R\$700,00 por mês. O salário médio é baixo no Chile, com relação ao alto custo de vida; o trabalho é precário, com jornadas que às vezes estendem 45 horas. O serviço de água é completamente privado, mas mesmo assim as tarifas de água e energia são altas, e a qualidade do serviço não é a melhor.



A todos esses fatos se soma o aumento do ticket de metrô, que afetou a camada da população mais pobre, que usa esse meio de transporte com mais frequência. Só depois de uma série de protestos de grandes dimensões, as medidas foram ajustadas e hoje o país busca por fim mudar a sua Constituição, uma herança do período ditatorial. Existe muita expectativa sobre as mudanças que possam ser geradas a partir desse processo, pois não existe uma maioria absoluta que permita fazer prognósticos seguros.

Na Venezuela, por sua vez, se sobreveio um processo de intensificação da política social, com distanciamento dos planos neoliberais depois de 40 anos de governos pró-mercado. O presidente Hugo Chávez, reservou parte importante do dinheiro proveniente das exportações petrolíferas para tentar diversificar a economia, fazer fortes investimentos em infraestrutura e na atenção às principais necessidades sociais. Trabalhou pela integração do Sul, e criou iniciativas como a Petrocaribe. Ele morre e seu sucessor se enfrenta ao bloqueio do petróleo venezuelano no mundo, e o claro estrangulamento econômico por parte dos Estados Unidos, sob pretextos como a instabilidade e falta de legitimidade do governo atual. Desde o ponto de vista geopolítico, os Estados Unidos exercem um claro controle sobre América Latina e usam a sua capacidade econômica para influenciar as lideranças políticas no continente, com pouco ou nenhum respeito pela soberania dos países.

No Brasil, houve uma clara demonstração de intervenção com a queda de Dilma Rousseff, em 2016. O caso se assemelha ao de João Goulart em 1964, e o de muitos outros na região comandados pela Agência Central de Informação (CIA) dentro e fora do contexto da Guerra Fria. Aqui podemos destacar os casos de Alfredo González Flores na Costa Rica (1917) e Rafael Ángel Calderón (1948), bem como o golpe de Estado no Paraguai (1954) contra Federico Chávez Careaga e no mesmo ano na Guatemala. Da mesma forma, a ação contra Juan José Torres na Bolívia em 1971 e Evo Morales em 2019, e os golpes contra Salvador Allende no Chile (1973), e Isabel Perón na Argentina (1976). Também podemos pontuar a morte do ditador Rafael Trujillo em 1961 na República Dominicana e o golpe contra Juan Bosch em 1963. Da mesma maneira ocorreu forte apoio à guerra civil em El Salvador durante anos promovido pela *United Fruit Company* e a morte do líder Farabundo Martí e anos depois, a perseguição e morte do sacerdote Oscar Arnulfo Romero, além de muitas outras intervenções que fariam a lista interminável.



Assim, o plano de desestabilização política aplicado para manter a América Latina dominada segue o que parece ser um mesmo padrão. Um passado e presente de governos ditatoriais, desaparecimentos e, no geral, graves consequências institucionais, políticas e de direitos humanos. Esses fatos são inseparáveis da imposição do neoliberalismo na região, sempre a conveniência dos interesses comerciais do imperialismo estadunidense. Em resumo, o neoliberalismo:

(...) é muito mais do que um simples conjunto de ideias sobre livre mercado. É um projeto político que visa não só reduzir o poder do Estado, mas de forma mais concreta, minar os esforços de qualquer ator coletivo (sejam eles Estados, representações sindicais ou partidos políticos) que interferem com os interesses das corporações. Esse projeto para alterar o balanço do poder é a chave da sua resiliência” (MADARIAGA, 2021).

Diante deste contexto, surgem os profetas da desesperança, que nessas horas se expressam com desilusão sobre os resultados do que chamam de mais uma década perdida (2010-2020) para os países da região. Em destaque merecido (e tom mais dramático) para a chamada tragédia brasileira (BARBOSA, 2020). Dessa forma, os efeitos do neoliberalismo se tornam cada vez mais claros. A pandemia do COVID-19 impactou um mundo desarticulado, uma economia global estagnada e uma liderança ocidental despreparada e incapaz:

Rapidamente, evidenciou-se que o neoliberalismo havia esvaziado, fragmentado e privatizado parcialmente os sistemas de saúde em vários países. Também criou uma classe trabalhadora precária e empobrecida, altamente vulnerável tanto às interrupções de seus rendimentos, quanto aos problemas de saúde por falta de poupança, moradia precária, nutrição inadequada e padrões de trabalho incompatíveis com uma vida saudável” (SAAD-FILHO, 2020).

Eis o efeito mais marcante do resultado da aplicação de receitas para salvar a estabilidade do mercado: a vida humana passa a um segundo plano e é desvalorizada, em função do que realmente importa, que é controlar o desemprego, e garantir o crescimento. Até parece necessário lembrar que são seres humanos os que movimentam e dão sentido à economia.



Algumas conclusões sobre a experiência neoliberal

A partir do anteriormente exposto, é possível estabelecer o nexos entre política e neoliberalismo, e aproximarmos de algumas conclusões a respeito da dinâmica neoliberal na região. Em primeiro lugar, o neoliberalismo anula a democracia, pois se sobrepõe ao interesse da população, e desconhece toda e qualquer noção de soberania. Portanto, não há, como muitos acreditam, independência nos países da América Latina. Existe um consolidado esquema de dominação política externa com base no poder econômico, e um processo de permanente transculturação via mecanismos de mercado.

Segundo, o desenvolvimento da região não será possível sob esquemas de dominação. Pouco importam a modelagem econômica, os estudos sobre política pública ou as teorias sobre desenvolvimento, que não considerem as limitações que impõe a dominação econômica nas suas análises, e que portanto, ignorem a necessidade de propor formas de superá-la desde o econômico. Muitos países adotam uma postura de obediência e chegam a conseguir resultados positivos no curto prazo, mas são esforços que como no caso da desmontagem da indústria, sempre serão em vão. A verdadeira soberania é uma condição *sine qua non* para conduzir qualquer plano de desenvolvimento.

Uma parte importante do sucesso do neoliberalismo consiste em manter a população dominada em condições de pobreza, com baixos índices educacionais, e com uma forte dependência externa. Economias com pouca participação no mercado mundial, baseadas na exportação de *commodities*, altamente endividadas, com uma indústria desmantelada, e eminentemente importadoras de tecnologia e produtos transformados advindos do mundo desenvolvido sofrem ainda mais as agruras do poder de decisão no âmbito geopolítico.

Terceiro, a aplicabilidade via imposição dos preceitos neoliberalismo tem se alterado nas últimas décadas. O que se vê são métodos aparentemente menos radicais do ponto de vista político. A terapia de choque parece ter ficado para trás, pelo menos no âmbito do conhecimento quase-público. As ditaduras tipicamente subsequentes a processos de intervenção no passado, parecem não estar mais no livreto, dados os avanços dos valores democráticos nas sociedades da era recente e da nova estratégia baseada no *liaison* democracia-neoliberalismo. Mesmo assim, a vulnerabilidade da democracia continua sendo um problema, pois ainda é relativamente fácil intervir nos sistemas



democráticos da região, o que normalmente acaba mudando o rumo político dos países, com exceções como a eleição de Luís Arce na Bolívia em 2020.

Quarto, o neoliberalismo está em crise e dá sinais de enfraquecimento⁸. A própria entidade promotora da aplicação do modelo na América Latina já reconheceu seus impactos negativos pela ampliação das brechas de desigualdade que afetam as nossas sociedades e como isso pode ser contraproducente para os interesses norte-americanos na região. Sem cair em ilusionismos simplistas, o que parece ser uma intenção de repensar a abordagem a ser aplicada nos nossos países se manifesta como um potencial caminho para definir, ainda que no longo prazo, um novo modelo de desenvolvimento, ou como mínimo, são sinais de uma mudança de estratégia diante da falta de resultados positivos do neoliberalismo após décadas de implementação forçada.

Quinto, ainda associado à crise do neoliberalismo, está a sua crescente impopularidade, demonstrada pelos resultados eleitorais na região. Aqui podemos citar a quebra da tradição histórica da direita no México, com a eleição de Andrés Manuel López Obrador em 2018 para a presidência do país. Em direção parecida podemos sublinhar o resultado polarizado das eleições no Peru em junho de 2021 e os recentes protestos contra a reforma impositiva de 2021 na Colômbia, um país de grande relevância estratégica por sua condição sectária ao imperialismo estadunidense. Graças ao fim da era das ditaduras na América Latina, a vontade popular se manifesta cada vez com mais clareza, o que cria um ambiente de possibilidades para o resgate da integração regional.

Sexto, o neoliberalismo delonga e aprofunda eventuais crises e choques na economia, ao dismantelar serviços essenciais para a população em situações conjunturais como a recente pandemia. Se por um lado não podemos delegar diretamente a crise sanitária ao neoliberalismo, indiretamente padecemos com suas consequências – uma vez que refletem a condição de sistemas de saúde dependentes da rentabilidade financeira e de nossas sociedades profundamente desiguais.

Sétimo, a junção dos elementos anteriores parece configurar um panorama esperançoso no que poderia ser a transição do neoliberalismo para um modelo com mais

⁸ Para os mais céticos, o neoliberalismo não está morrendo, mas em fase de transformação. Ver MADARIAGA (2021): *Neoliberalism has always been a threat to Democracy*; DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique (2014). *A crise do Neoliberalismo* e FORIGO, M. V. (2003): *Crise do Estado de bem-estar social e neoliberalismo*.



preocupação pela atenção das necessidades primárias das nossas sociedades. Nesse sentido, o eventual sucesso dessa possibilidade vai depender de dois pontos que se vislumbram como fundamentais: a) A união das organizações de esquerda nos diferentes países da região. A fragmentação dessas organizações e a falta de coesão em segundas voltas eleitorais já resultou em reveses eleitorais no Brasil e mais recentemente no Equador. A nova Constituição chilena também vai ser o resultado do trabalho unificado ou não das diversas organizações progressistas que ganharam posições na eleição da constituinte; b) A atenção a novas ferramentas de manipulação da informação, coleção de dados e formulação de campanhas eleitorais baseadas em elementos comportamentais e de definição de preferências, dentro do marco do capitalismo de vigilância. Em tempos onde o fluxo de dados coletados em meios digitais e redes sociais atingiu níveis inimagináveis, é possível perceber os resultados do uso e desuso da informação pessoal.

A vitória eleitoral de Trump em 2017 (incluindo atos como o assalto ao Capitólio em 2021) e Bolsonaro em 2018, junto ao impacto gerado no emocional coletivo via plataformas de comunicação digital, são uma clara demonstração do perigoso poder da informação. A campanha de descrédito e desinformação é uma ferramenta muito poderosa, especialmente diante da generalizada *falta de conhecimento sobre a realidade atual*. Este ponto tem relevância chave na condução do destino político da região nos próximos anos.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Perry. O Balanço do Neoliberalismo em SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.)
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, Vol. 45, No. 2, pp. 135-146, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292002000200007>
- BARBOSA, Fernando de Holanda. A tragédia brasileira. **Conjuntura Econômica**, Vol. 74, No. 01, Jan 2020.
- BOAS, Taylor & GANS-MORSE, Jordan. Neoliberalism: From New Liberal Philosophy to Anti-Liberal Slogan. **Studies in International Comparative Development**, Vol. 44, pp. 137-161, 2009. <https://doi.org/10.1007/s12116-009-9040-5>



- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **A crise do Neoliberalismo**. Boitempo Editorial, 2014. 365 p.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo** (Versão em Espanhol). 1era Edição, Editorial el Perro y la Rana, Caracas, 2007. 423 p.
- FMI. Neoliberalism: Oversold? **Finance & Development**. Vol. 53, No. 2. Junho de 2016. Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm> Acesso: 17 jun. 2021.
- FORIGO, M. V. Crise do estado de bem-estar social e neoliberalismo. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, No. 3 (2003) pp. 51-62. ISSN: 2316-2880.
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4ta Ed. São Paulo, SP: Nacional, 2007.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Editora L&PM, 2010.
- IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- KATZ, Claudio. Actualización o veneración de la Teoría de la Dependencia. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 53, maio-agosto 2019.
- LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- MADARIAGA, Aldo. Neoliberalism has always been a threat to democracy. **Jacobin**. 06 de fevereiro de 2021. Disponível em <https://www.jacobinmag.com/2021/06/neoliberalism-democracy-populist-right> Acesso: 16 jun. 2021.
- PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e Individualismo. **Economia e Sociedade**. Vol. 13, pp. 115-127, 1999.
- _____. Economia e Retórica: o capítulo brasileiro. *Revista de Economia Política*, Vol. 26, No. 1, pp. 3-22, 2006.
- PIKETTY, Thomas. **Capital in the Twenty-First Century**. Harvard University Press, 2014. 685 p.
- PLEHWE, Dieter. Introduction. IN: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter. **The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2009.
- PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. **Revista Brasileira de Economia**. Vol. 3, No. 3, 1949.



QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMOS, Carmen; ALVAR GONZÁLEZ, Mercedes, e MORENO, Blanca. Factores determinantes de la reducción de la desigualdad en la distribución de la renta en países de América Latina. **Revista CEPAL**, No. 126, Diciembre 2018.

SAAD FILHO, Alfredo. Coronavirus, crise e fim do neoliberalismo. **A Terra é redonda.** 26 de junho de 2020. Disponível em https://aterraeredonda.com.br/coronaviruscrise-e-o-fim-do-neoliberalismo/?doing_wp_cron=1623805916.5084400177001953125000
Acesso: 16 jun. 2021.

_____. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? **Crítica e Sociedade: revista de cultura política.** Vol.1, No. 3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011. ISSN: 2237-0579.

SMITH, Adam. **Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1-2.

SOARES, Laura. T. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. **Petrópolis,** RJ: Vozes, 2001.

VALLES, Luísa de Pinho. Algumas considerações sobre educação, políticas públicas e os desafios da globalização. Em **Direito Vivo: leituras sobre constitucionalismo, construção social e educação a partir do Direito Achado na Rua,** Alexandre Bernardino Costa (Org.), Volume I, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013. 390 p.